

**DIÁLOGOS COM
A DIVERSIDADE
SENTIDOS DA INCLUSÃO**



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLADO 75% PRÉ-CONSUMO, 25% PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PREVERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Mônica de Carvalho Magalhães Kassar
(organizadora)

**DIÁLOGOS COM
A DIVERSIDADE
SENTIDOS DA INCLUSÃO**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Região Sul – GEPES Sul

Coordenação Editorial: Maria de Lourdes Pinto de Almeida (Uniplac)

Ana Maria Netto Machado (IFSC)

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira (Unicamp)

José Camilo dos Santos Filho (Unicamp)

Marilane Maria Wolff Paim (Uniplac)

Sonia Regina Souza Fernandes (IFSC)

Vítor Hugo Mendes (Uniplac)

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© **MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.**

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

setembro/2011

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.

É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Mônica de Carvalho Magalhães Kassar	

PARTE I – AS POLÍTICAS PROPOSTAS

capítulo 1	
POLÍTICAS SOCIAIS, POLÍTICAS DE INCLUSÃO?	17
Carina Elisabeth Maciel	
Mônica de Carvalho Magalhães Kassar	

capítulo 2	
PÚBLICO/PRIVADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM TEMPOS	
DE REDEFINIÇÕES NO PAPEL DO ESTADO	39
Vera Maria Vidal Peroni	

capítulo 3	
POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1990 E A	
FORMAÇÃO DO TRABALHADOR DE NOVO TIPO NO BRASIL . . .	61
Hajime Takeuchi Nozaki	
Regiane Aparecida Costa Andrade	

capítulo 4
A POLÍTICA DE AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
E OS DESAFIOS À GARANTIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS
NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL 85
Vilma Miranda de Brito
Ester Senna

capítulo 5
O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESCOLARIZAÇÃO
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS
INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL 109
Sílvia Márcia Ferreira Meletti
José Geraldo Silveira Bueno

PARTE II – AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA ESCOLAR

capítulo 6
ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS FAMILIARES:
AS POSSIBILIDADES DE CONTINUIDADE ESCOLAR PARA
A JUVENTUDE RURAL TRABALHADORA 139
Inés Olivera Rodríguez

capítulo 7
SOCIALIZAÇÃO NA ESCOLA: CONSONÂNCIAS E
DISSONÂNCIAS ENTRE MÃES, PROFESSORAS E ALUNOS 171
Lea Pinheiro Paixão
Léa da Cruz
Marisol Barenco de Mello

capítulo 8
EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA
E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: ENTRE
OPORTUNIDADES E LIMITAÇÕES 191
Nadir Zago

PARTE III – OS DIREITOS SOCIAIS:
TENSÕES E CONTRADIÇÕES

capítulo 9

JOGOS DE IMAGENS, ESPAÇOS DE DIFERENÇA:
PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CONDIÇÕES DE
DESENVOLVIMENTO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR 217
Ana Luiza Bustamante Smolka

capítulo 10

CRIANÇAS E ADOLESCENTES – SUJEITOS DE DIREITOS
E EM CONDIÇÕES PECULIARES DE DESENVOLVIMENTO –
ALGUMAS REFLEXÕES 241
Maria de Lourdes Jeffery Contini
Sandra Maria Francisco de Amorim

capítulo 11

A INCLUSÃO COMO GARANTIA DE DIREITOS: PARTICIPAÇÃO
SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE ADOLESCENTES 269
Ana Paula Lazzaretti de Souza
Sílvia Helena Koller

SOBRE OS AUTORES 293



APRESENTAÇÃO

Os últimos 100 anos registraram grandes transformações sociais, econômicas e políticas. Nesse período, a luta pela garantia de direitos passa a ser reconhecida por acordos e documentos de âmbito internacional, especialmente a partir da última metade do século passado. A tensão registrada no final do século XIX entre o capitalista, que tem como “missão (...) obter, com o capital despendido, a maior quantidade possível de trabalho” (Coucelle-Seneuil. *Traité théorique et pratique des enterproses industrielles*, 1857), e o trabalhador hoje toma vários matizes, de modo que muitas vezes os limites e alcances das políticas sociais tornam pouco nítidas as contradições que permeiam as relações entre modo de produção, Estado e sociedade. Marx, em *O capital*, ao referir-se ao estabelecimento da jornada de trabalho em fins do século XIX, afirmou que “O trabalhador precisa de tempo para satisfazer suas necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral da civilização. Por isso, as variações da jornada de trabalho ocorrem dentro desses limites físicos e sociais”. A luta pela garantia da jornada de trabalho veio acompanhada pela luta por condições de

moradia, de saúde, de transporte, de educação, enfim de qualidade de vida, dentro do esperado e construído na história das sociedades.

As políticas públicas vêm sendo constituídas como materialidade da abrangência do Estado moderno, decorrentes do movimento contraditório da história da sociedade. Com as políticas públicas, em especial as políticas sociais, o Estado tenta regular as relações entre capital e trabalho, a fim de garantir uma estrutura básica de manutenção da mão de obra no processo de produção econômica capitalista e a estabilidade econômica e social. Dessa forma, a implementação de políticas sociais garante a própria sustentabilidade do modo de produção capitalista, à medida que a intervenção do Estado tenta balancear a oferta e a procura de mão de obra.

Por outro lado, a implementação de políticas sociais também é fruto da luta dos trabalhadores contra a exploração das relações de trabalho, cerne do modo capitalista de produção. Marx, no final do século XIX, analisa como, em determinado momento da história ao tornar-se impossível a luta da classe trabalhadora contra o Capital, inicia-se a luta para limitar a parte da vida do trabalhador que seria absorvida pelo trabalho e desvenda, com inúmeros exemplos históricos, a instituição da legislação trabalhista, gênese do que se torna, mais tarde, a instituição das políticas públicas sociais.

Hoje, as contradições entre garantia de direitos sociais e estabilidade econômica permanecem, mas muitas vezes de forma pouco nítida. O apelo à convivência com a diversidade e a valorização de conceitos como inclusão, solidariedade, equidade, igualdade parecem encobrir os impactos das políticas econômicas que buscam a implementação de um gerenciamento perfeito dos modos de produção. Apresentar argumentos para pensar um pouco sobre essas relações é o objetivo dessa pequena coletânea composta de duas obras.

O conjunto “Diálogos com a Diversidade” é fruto de interlocução dos grupos de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação do *Campus* do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e outros grupos de pesquisas de universidades do Brasil e de outros países. Antes mesmo da existência do Programa de

Pós-graduação, já vínhamos construindo uma fecunda relação entre nós do Centro de Referência de Estudos da Infância e da Adolescência – CREIA/UFMS e os grupos: Grupo Pensamento e Linguagem – GPPL/UNICAMP, Núcleo de Trabalhos Comunitários – NTC/PRC-SP, Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua – CEP-RUA/UFRGS, Grupo de Investigación Imágenes, Palabras e Ideas – GIPI/Universid de Alcalá (ES), Grupo de Estudo sobre Política Educacional e Trabalho – GEPETO/UFSC, ALLEM-Alfabetização, Letramento e Letramento Matemático/ UFMS, Núcleo de Estudos Interdisciplinares: a pesquisa como estratégia de formação/UFMS e GEPSEX - Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, Educação e Gênero/UFMS.

O conjunto de trabalhos de pesquisadores desses diferentes grupos compõe a coletânea “Diálogos com a Diversidade”, que é formada pelas obras “Sentidos da Inclusão” e “Desafios da Formação de Educadores na Contemporaneidade”, materializando um diálogo que, com grande parte desses grupos, ocorre há mais de dez anos.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil tem implantado várias políticas sociais com o objetivo de atender a população historicamente afastada de garantias sociais. No entanto, leis, programas e projetos, decorrentes do compromisso constitucional, têm sido implementados em um panorama restrições e ajustes econômicos a partir de um planejamento administrativo gerencial, o que proporciona determinadas características à efetivação de tais políticas. Este livro, dividido em três partes, propõe-se a apresentar e analisar diferentes aspectos sobre os desafios da efetivação dos direitos para a população brasileira, considerando-se as políticas propostas, as estratégias de sobrevivência na escola formal e as tensões vividas com o estabelecimento de direitos sociais em um contexto de diversidade.

Iniciamos a primeira parte do livro, “As Políticas Propostas”, com o capítulo de Carina Elisabeth Maciel e Mônica de Carvalho Magalhães Kassar que tem o propósito de analisar a implantação das políticas sociais no Brasil e a disseminação de um discurso de

“inclusão social”, principalmente no que se refere às políticas de educação. Também com foco nas políticas, o capítulo de Vera Maria Vidal Peroni traz contribuições relevantes ao analisar as políticas educacionais de educação especial neste período particular do capitalismo, de redefinições no papel do Estado. Hajime Takeuchi Nozaki e Regiane Aparecida Costa Andrade discorrem sobre a maneira pela qual o capital utiliza-se do campo educacional no Brasil para gerir suas crises. Para tal, foram consideradas as políticas educacionais do período pós 1994, do governo Fernando Henrique Cardoso, à luz da introdução das políticas neoliberais no país, bem como da reestruturação produtiva mundial. Vilma Miranda de Brito e Ester Senna têm o propósito de analisar as políticas educacionais voltadas especificamente para o ensino fundamental, considerado como “direito público subjetivo”. Descrevem a implementação da Lei n.º 11.274, que instituiu e normatizou a ampliação do Ensino Fundamental obrigatório para nove anos, discutindo o estado recente das políticas implantadas na rede estadual de ensino de um estado brasileiro no que se refere a esta ampliação.

As políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência e relação com indicadores sociais no Brasil são abordados por Silvia Márcia Ferreira Meletti e José Geraldo Silveira Bueno, que encerram essa parte do livro trazendo como questão central a evolução do atendimento educacional do aluno com deficiência no Brasil, considerando-se acesso, permanência e a natureza dos serviços educacionais.

A segunda parte do livro – “Estratégias de sobrevivência escolar” – traz os capítulos de autores que analisam aspectos do acesso à educação pelas classes populares. Inés Olivera Rodríguez, utilizando o conceito de “configurações familiares” de Lahire, aborda as possibilidades de escolarização de jovens peruanos moradores da zona rural naquele país. Lea Pinheiro Paixão, Léa da Cruz e Marisol Barenco de Mello apresentam uma pesquisa em que se confronta o ponto de vista de professoras, de mães e de alunos sobre as responsabilidades da escola no processo de socialização das

crianças de camadas populares. Nadir Zago fecha esta parte do livro com um capítulo que analisa o acesso ao ensino superior de jovens que se diferenciam de seu meio de origem por uma escolaridade mais longa.

Chegamos à última parte, denominada “Os direitos sociais: tensões e contradições”, que enfoca, de diferentes formas, os desafios presentes instituições sociais diante da diversidade. Ana Luiza Bustamante Smolka procura evidenciar as tensões e as contradições que emergem e que marcam os modos de participação e a constituição dos sujeitos na efetivação do direito à escolarização. Nesse texto, a autora pretende dar visibilidade a algumas formas de *exclusão brandas* que se estabelecem nesse contexto. Maria de Lourdes Jeffery Contini e Sandra Maria Francisco de Amorim trazem uma reflexão acerca da conceituação proposta no Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA de que crianças e adolescentes *são sujeitos de Direitos em condições especiais de desenvolvimento*. Ana Paula Lazzaretti de Souza e Sílvia Helena Koller concluem esse conjunto de trabalhos apresentando a visão de adolescentes acerca da sua própria participação social e identificam a necessidade de promover uma cultura de respeito ao direito à participação.

Mônica de Carvalho Magalhães Kassar

